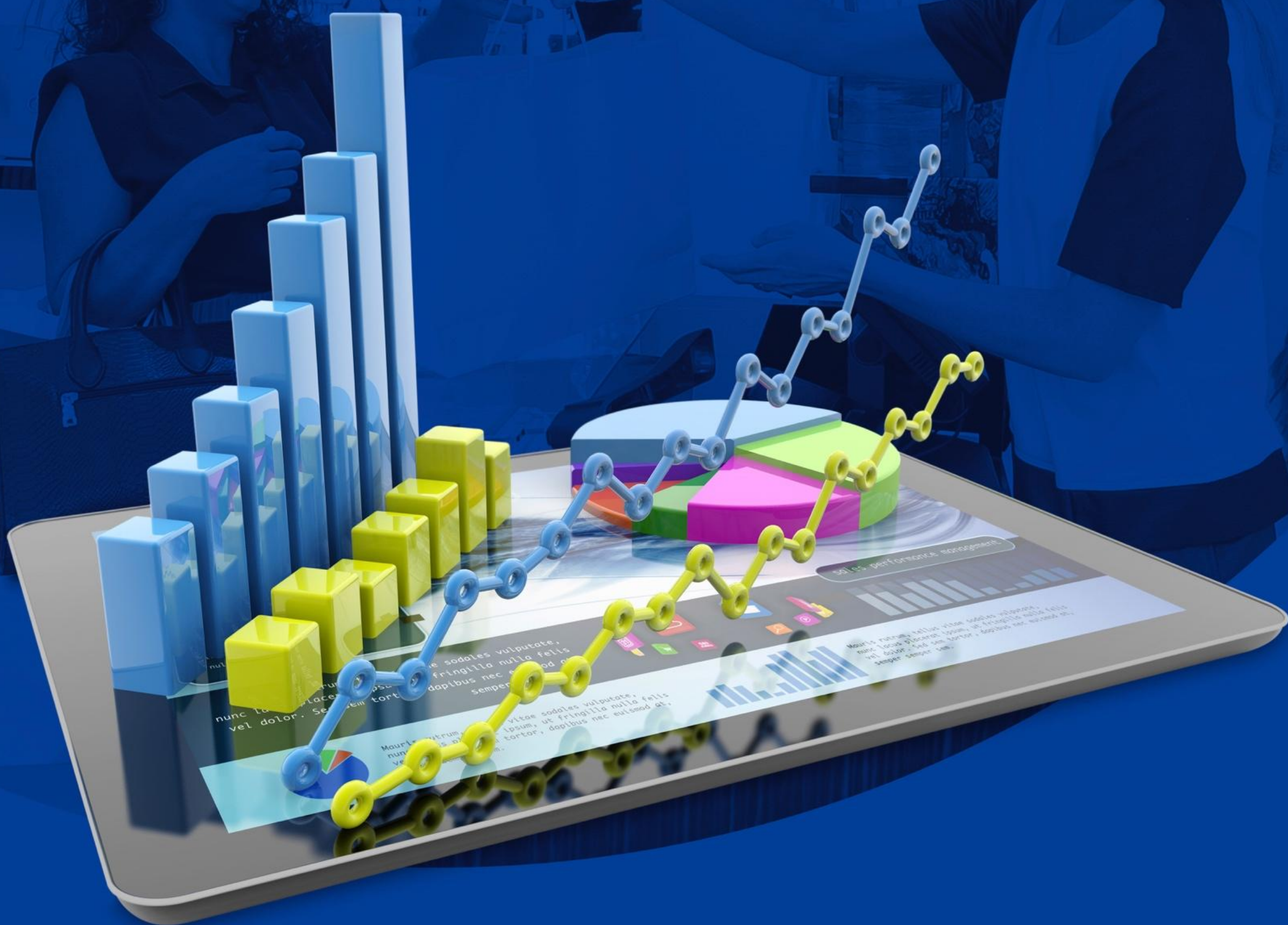




PANORAMA DO COMÉRCIO

Julho / 2025



RESUMO

A ESCALADA DA INCERTEZA: IMPASSE TRIBUTÁRIO E TARIFÁRIO EXPÕE DESAFIO FISCAL E EXTERNO PARA O SEGUNDO SEMESTRE; COPOM SOBE A TAXA SELIC E SINALIZA FIM DO CICLO DE ALTA

Os dados setoriais disponíveis cobrem até maio de 2025 e quase completam o balanço do 1º semestre do ano. No comércio, as vendas seguem crescendo, mas a um ritmo visivelmente abaixo do observado no fim de 2024, o que já era esperado diante do ciclo de elevação da taxa básica de juros. No próximo mês, com os dados de junho disponíveis, será possível fechar completar esse balanço.

O mercado de trabalho ainda mostra resiliência. Pelos dados do CAGED, a criação de empregos formais já passa de 1 milhão no acumulado de janeiro a maio de 2025. Esse número ficou ligeiramente abaixo do observado no mesmo período de 2024, mas, ainda assim, é expressivo.

A inflação, por sua vez, segue acima do teto da meta, com os itens de “Alimentação e bebidas” liderando a subida dos preços. Diante a persistência inflacionária, o COPOM elevou a taxa SELIC a 15% ao ano. Desta vez, o Comitê sinalizou suas pretensões: encerrar o ciclo de alta dos juros e manter a taxa no patamar atual por algum tempo.

No quadro do consumidor, o endividamento das famílias avança, assim como a renda real, o que tem favorecido o consumo.

Panorama do Comércio

**2,4%**

Alta das vendas do varejo ampliado no acumulado de 12 meses

**3,0%**

Alta das vendas do comércio varejista no acumulado de 12 meses

**6,9%**

Crescimento das vendas de veículos, motocicletas, partes e peças

Panorama Macro

**5,4%**

Inflação acumulada em jun-25 (IPCA)

**1,05 milhão**

Vagas formais criadas de jan-25 a mai-25

**15,0%**

Taxa SELIC em porcentagem ao ano

Há, no entanto, um limite para o avanço do consumo sustentado pelo endividamento, que já começa a aparecer nos dados de inadimplência. As estimativas da CNDL e SPC Brasil mostram que o número de negativados no país chegou a 71,3 milhões.

O início deste segundo semestre coloca a economia brasileira em um ponto crucial, com impasses importantes vindo à tona. No cenário interno, o embate em torno do aumento dos tributos expõe os limites de um ajuste fiscal concentrado na arrecadação.

No cenário externo, o aumento das tarifas para exportações brasileiras no mercado americano atinge parte importante do setor exportador, com efeitos sobre variáveis macroeconômicas importantes, como o câmbio e a inflação. Desde o início do ano, a questão tarifária pautou o comércio global e foi marcada por tensões e distensionamentos, o que mostra que há espaço para negociação.

A condução dos impasses interno e externo requer diálogo e será determinante para a trajetória da economia ao longo do segundo semestre, podendo aprofundar ou suavizar a desaceleração projetada para os próximos meses.

Termômetro do consumidor



48,9%

Endividamento das famílias como proporção da renda acumulada



7,7%

Crescimento do número de negativados na comparação entre jun-25 e jun-24

VENDAS DO COMÉRCIO

Vendas do comércio avançam, mas a ritmo menor do que em meses anteriores; desaceleração reflete cenário de inflação persistente e juros elevados

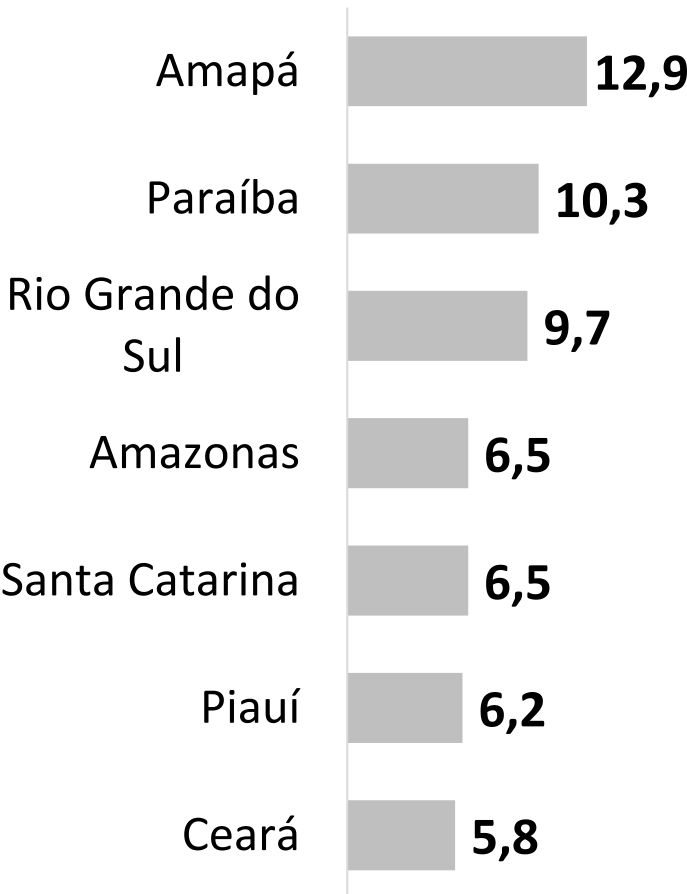


23 UFs

Unidades da Federação com avanço das vendas

Varejo ampliado

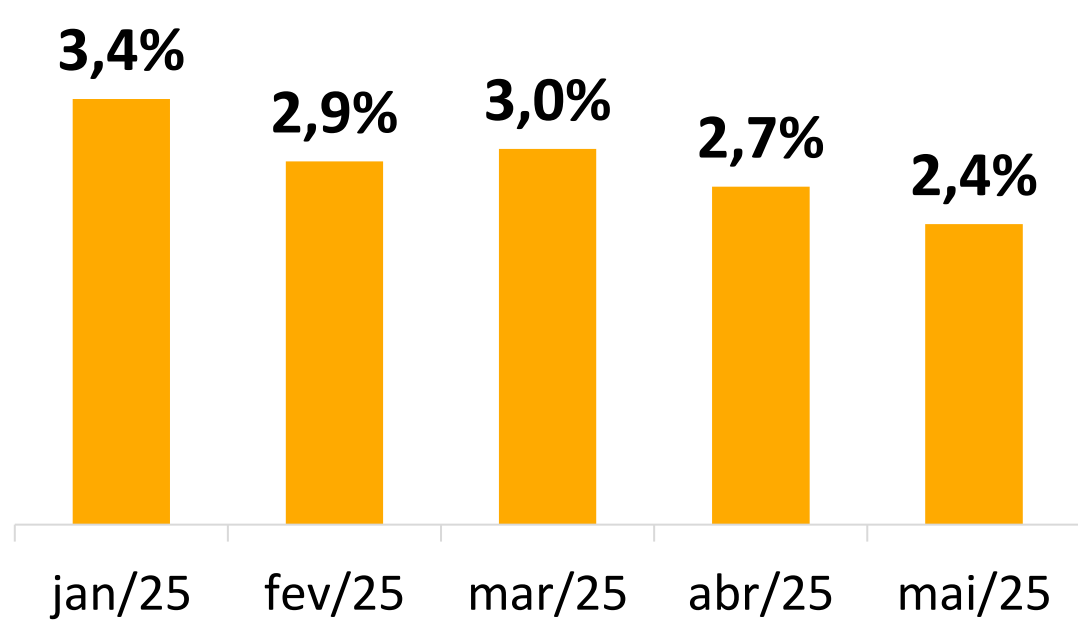
Variação acumulada em 12 meses



Dados divulgados pelo IBGE mostram que, no acumulado dos 12 meses encerrados em maio de 2025, na comparação com o os 12 meses anteriores, as vendas do varejo ampliado registraram crescimento de 2,4%. Já as vendas do comércio varejista registraram alta de 3,0%. Para comparação, no acumulado dos 12 meses encerrados em janeiro de 2025, as vendas do varejo ampliado cresceram 3,4% e as vendas do comércio varejista cresceram 4,0%, o que mostra uma desaceleração do ritmo de crescimento das vendas nas duas segmentações do IBGE. No acumulado dos 12 meses, as vendas do varejo ampliado cresceram em 23 Unidades da Federação no acumulado de 12 meses. As maiores altas foram observadas no Amapá, (12,9%). Em seguida, aparecem Paraíba (10,3%) e Rio Grande do Sul (9,7%). A desaceleração observada nos dados nacionais já era esperada, depois de um período de crescimento expressivo das vendas em 2024. A redução no ritmo de crescimento das vendas reflete a persistência da inflação e o cenário de juros mais elevados, que inibe o consumo. No próximo mês, com os dados de junho disponíveis, será possível fazer um balanço das vendas no 1º semestre de 2025.

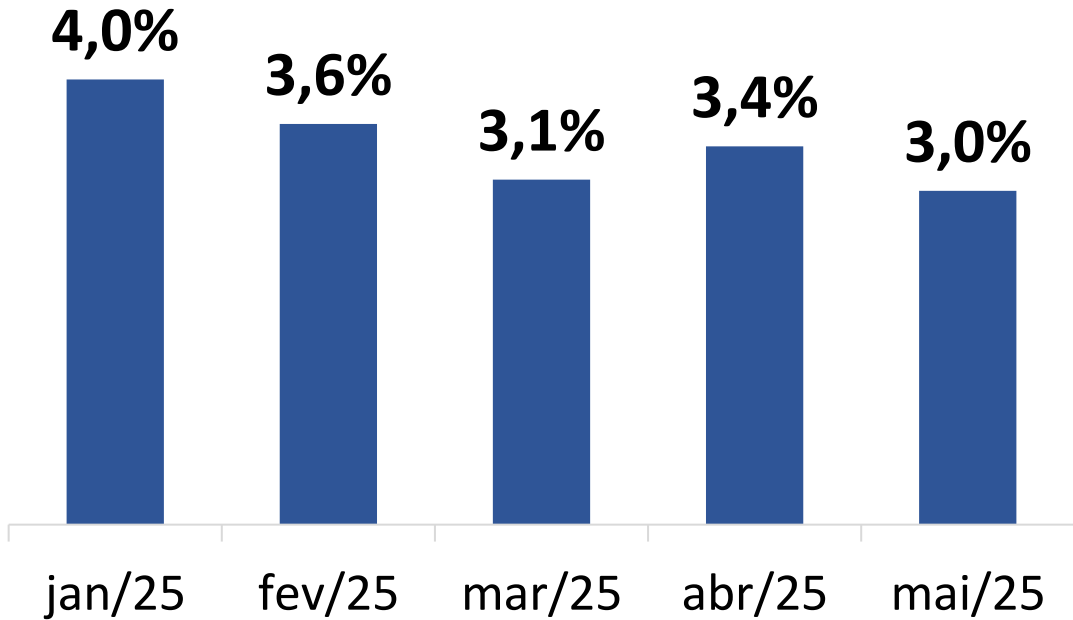
Varejo ampliado

Variação acumulada em 12 meses



Comércio varejista

Variação acumulada em 12 meses



VENDAS DO COMÉRCIO POR SEGMENTO

Vendas de “veículos, motocicletas, partes e peças” lideram crescimento no acumulado de 12 meses, com alta de 6,9%, mostra IBGE

No acumulado dos 12 meses encerrados em maio de 2025, o segmento de “Veículos, motocicletas, partes e peças” lidera o crescimento das vendas no país. O avanço foi de 6,9% na comparação com os 12 meses anteriores. Em seguida, aparecem os segmentos de “Materiais de construção”, com alta de 5,7%, e de “Artigos médicos e farmacêuticos” (5,6%). As vendas cresceram em sete das 11 atividades comerciais segmentadas pelo IBGE. No acumulado dos 12 meses, o maior recuo foi observado no segmento “Atacadista de alimentação e bebidas” (-7,2%). Por fim, na comparação mensal, entre maio e abril de 2025, o destaque foi do segmento de “Materiais para escritório”, com alta de 3,0%. Em seguida, aparece o segmento de “Artigos médicos e farmacêuticos”, com alta de 1,7%.

Segmento do comércio	Acumulado em 12 meses	Variação Mensal
 Veículos, motocicletas, partes e peças	6,9%	1,5%
 Material de construção	5,7%	0,0%
 Artigos médicos e farmacêuticos	5,6%	1,7%
 Móveis e eletrodomésticos	5,4%	2,0%
 Tecidos, vestuário e calçados	5,0%	1,1%
 Outros artigos de uso pessoal e doméstico	4,8%	-2,1%
 Hipermercados e supermercados	2,7%	0,4%
 Materiais para escritório	-0,7%	3,0%
 Combustíveis e lubrificantes	-0,8%	-1,7%
 Livros, jornais, revistas e papelaria	-5,6%	-2,0%
 Atacadista de alimentação e bebidas	-7,2%	-

MERCADO DE TRABALHO

Saldo de criação de vagas chega a 1,05 milhão no acumulado de janeiro de maio de 2025; número fica ligeiramente abaixo do observado no mesmo período de 2024

Dados divulgados pelo CAGED mostram que, de janeiro a maio de 2025, 1,05 milhão de empregos formais foram criados na economia brasileira. Esse número resulta da diferença entre o total de admissões e o total de demissões no período. Considerando apenas o mês de maio, cerca de 149 mil vagas formais foram criadas. Com esses resultados, o estoque de empregos formais, independentemente da data de criação, foi a 48,3 milhões. A comparação de cada mês de 2025 com o mesmo mês de 2024 revela que em maio e abril, o saldo de criação de vagas de 2025 ficou bem próximo do observado nos mesmos meses de 2024. O detalhamento dos dados por setor informa que o setor de serviços segue na liderança da criação de vagas formais, com 563,0 mil postos formais criados no acumulado de janeiro a maio de 2025. No mesmo período de 2024, esse número chegou a 630,2 mil. A indústria manteve o segundo lugar no ranking de criação de vagas, mas com saldo ligeiramente menor em 2025. No comércio, o saldo de criação de vagas no acumulado de 2025 foi de 56,7 mil, ligeiramente acima do observado no mesmo período de 2025.

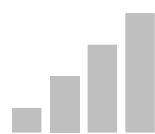
1,05 mi

Saldo de vagas criadas de janeiro a maio de 2025



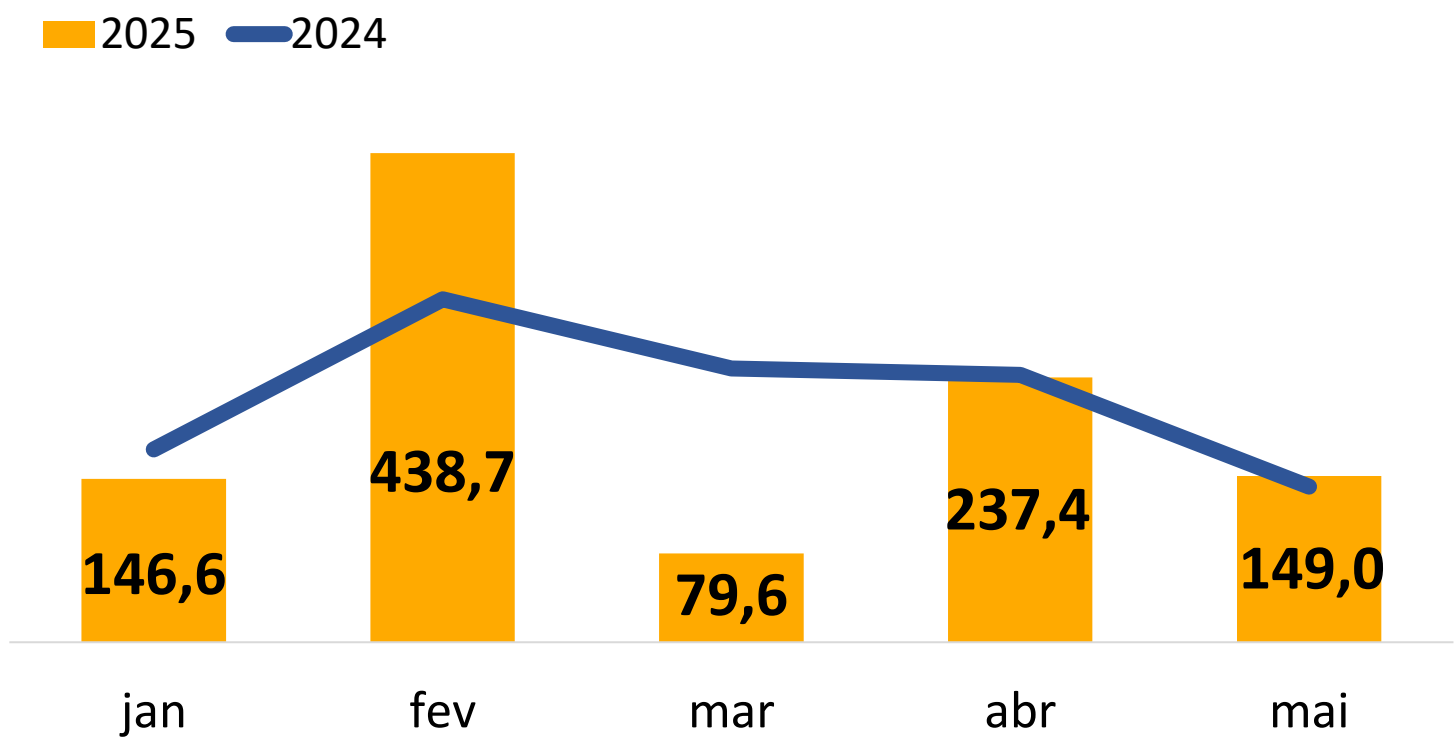
1,11 mi

Saldo de vagas criadas de janeiro a maio de 2024



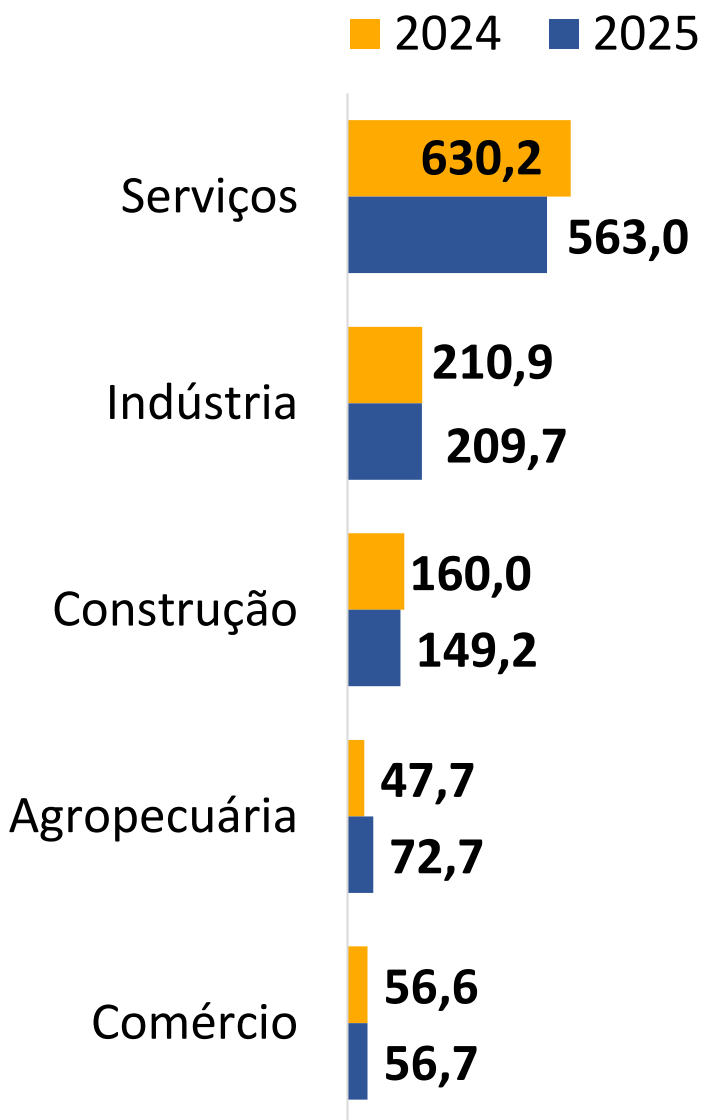
Saldo de criação de vagas formais

Em milhares



Saldo de criação de vagas formais por setor

Em milhares



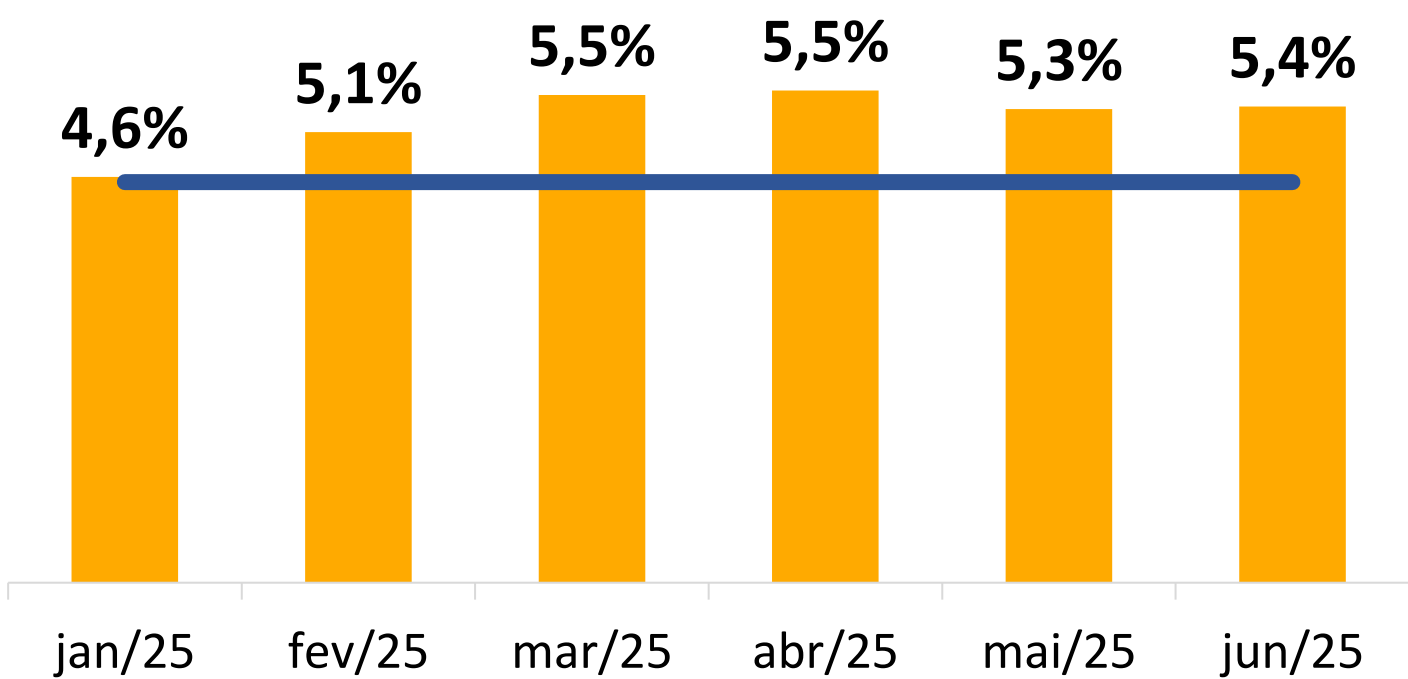
INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

Inflação persiste acima do teto da meta, mostra IBGE; COPOM eleva taxa SELIC para 15% ao ano e sinaliza que taxa será mantida nesse patamar

Dados do IBGE mostram que a inflação acumulada nos 12 meses encerrados em junho de 2025 foi de 5,4%. Esse número mostra a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é a medida oficial de inflação do país. Desde o início do ano, a variação do IPCA segue acima do teto da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional, de 4,5%. Os itens de “Alimentação e bebidas” ainda registram a maior alta. Em razão da persistência inflacionária, a taxa SELIC foi fixada em 15,0% ao ano na reunião do COPOM realizada em junho de 2025. Antes da reunião, o mercado dividiu-se entre a aposta de que a SELIC seria mantida em 14,75% e a aposta de que chegaria ao patamar de 15,0%. Diferentemente da reunião anterior, em que não houve sinalização clara de qual seria a próxima decisão do comitê, o comunicado de junho deixa clara a intenção do COPOM de manter a taxa SELIC em 15%. Cabe notar, no entanto, que o cenário mudou nas últimas semanas, com recrudescimento de tensões geopolíticas e novo capítulo da guerra tarifária, tendo, desta vez, o Brasil como alvo, o que pode ter impacto na política de juros.

IPCA

Acumulado em 12 meses



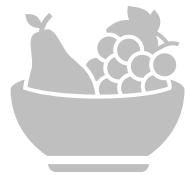
15,0%

Taxa SELIC fixada pelo BC em junho de 2025



6,7%

Variação dos itens de “Alimentação e bebidas” em 12 meses



“Em se confirmando o cenário esperado, o Comitê antecipa uma interrupção no ciclo de alta de juros para examinar os impactos acumulados do ajuste já realizado, ainda por serem observados, e então avaliar se o nível corrente da taxa de juros, considerando a sua manutenção por período bastante prolongado, é suficiente para assegurar a convergência da inflação à meta.”

(Comunicado do COPOM de junho de 2025)

CONTAS PÚBLICAS

A escalada da incerteza fiscal e tributária: ajuste pelo lado da arrecadação encontra resistência e reforça a necessidade de controle dos gastos

Linha do tempo

- 22 de maio**
 Governo divulga decreto elevando a cobrança de IOF para empresas, com expectativa de arrecadar até R\$ 61 bi em dois anos
- 25 de junho**
 Congresso derruba decretos que previam o aumento do IOF
- 02 de julho**
 Câmara aprova urgência para votação de projeto que propõe a revisão de benefícios fiscais; medida é vista como alternativa ao aumento do IOF

Nas últimas semanas, o debate tributário intensificou-se no Brasil, com a derrubada dos decretos que previam a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras. Esses decretos foram publicados em 22 de maio de 2025. Em 25 de junho, o Congresso derrubou os decretos presidenciais, abrindo uma disputa entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Os decretos tinham como objetivo de aumentar a arrecadação do governo, tendo em vista a possibilidade de não cumprimento da meta fiscal estabelecida para 2025, que prevê déficit zero. Para 2026, a meta é de um superávit de 0,25% do PIB. Dados do Tesouro Nacional mostram que a dívida pública como proporção do PIB chegou a 76,1% em maio de 2025, apresentando crescimento pelo segundo mês consecutivo. O embate em torno do IOF reacende a incerteza fiscal e reforça a necessidade de um ajuste pelo lado dos gastos, diante do esforço arrecadatório já realizado ao longo dos últimos anos. O ajuste dos gastos é condição inclusive para a redução da taxa de juros, como tem ressaltado a comunicação do COPOM.



Déficit zero

Meta de resultado primário para 2025

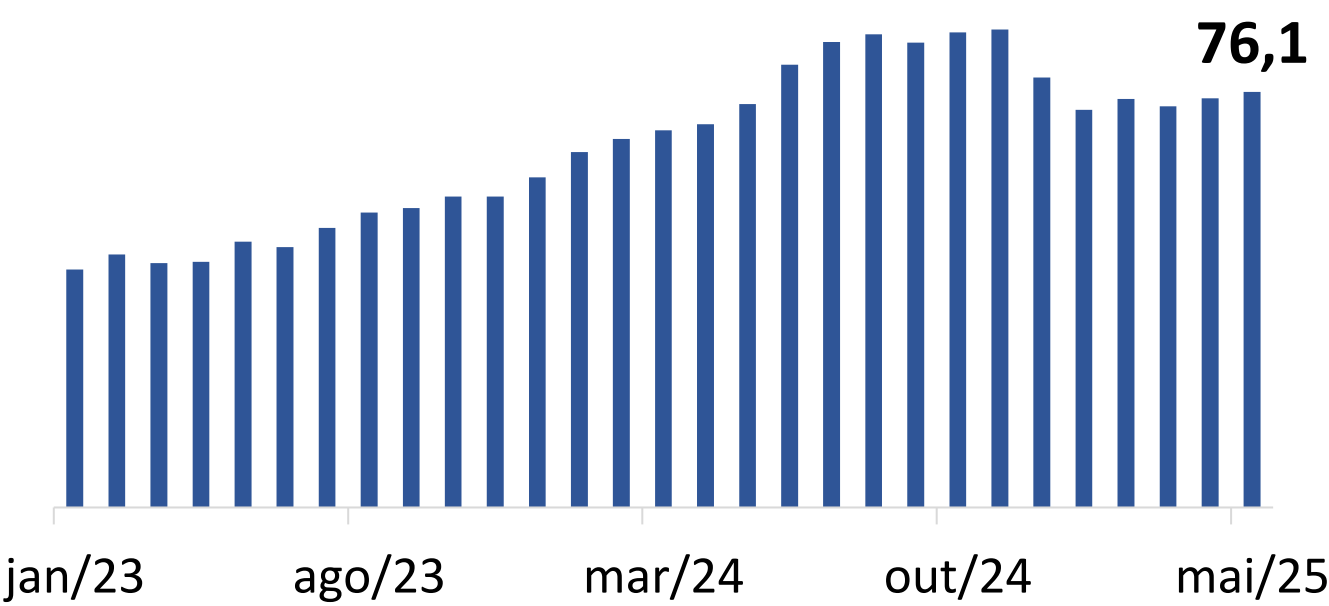


0,25%

Meta de resultado primário para 2025 (como porcentagem do PIB)

Dívida pública como proporção do PIB

Em %



MERCADO DE CRÉDITO

Saldo de crédito a pessoas físicas cresce 12,3% na comparação entre maio de 2025 e maio de 2024; projeção do Banco Central indica crescimento de 9,3% em 2025

Em maio de 2025, o saldo de crédito a Pessoas Físicas (PF) chegou a R\$ 4,13 trilhões. Essa cifra representa a soma dos valores em aberto – vencidos ou a vencer – das operações de empréstimos e financiamentos feitas por meio do Sistema Financeiro Nacional (SFN). No segmento de empresas, o saldo de crédito chegou a R\$ 2,53 trilhões. Nos últimos anos, o país observou uma expansão significativa do crédito a pessoas físicas, mantendo a taxa de crescimento acima de 10% em termos anuais, isto é, na comparação entre um mês o mesmo mês do ano anterior. Na comparação entre maio de 2025 e maio de 2024, o avanço do saldo de crédito foi de 12,3% no segmento de PF. Para 2025, porém, a expectativa é de que esse saldo de crédito cresça 9,3%, segundo a última revisão das projeções publicada no Relatório de Política Monetária, do Banco Central do Brasil. Mesmo abaixo de 10%, é preciso considerar que o ritmo ainda se mantém elevado, refletindo diversas medidas de modernização e estímulo à concorrência no mercado de crédito. No segmento de crédito empresarial, as projeções indicam crescimento de 7,3% em 2025.

R\$ 4,13 tri

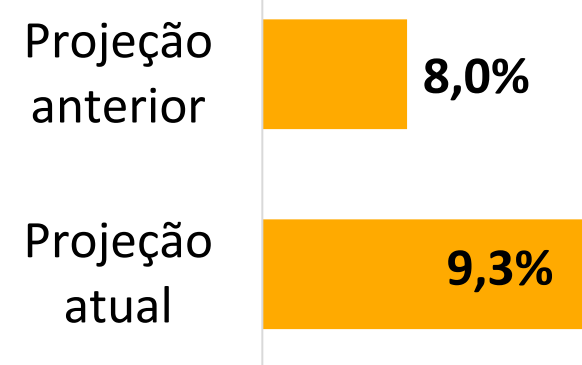
Saldo de crédito
para Pessoas
Físicas

**R\$ 2,53 tri**

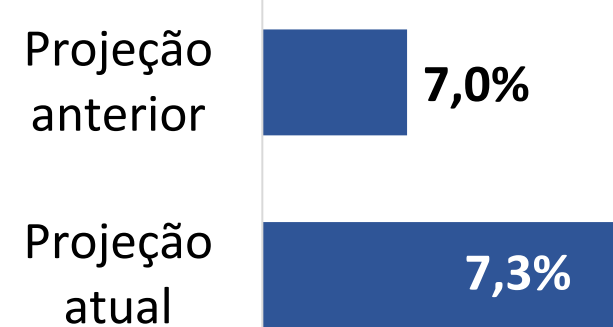
Saldo de crédito
para Pessoas
Jurídicas



Projeção para o crédito a pessoas físicas Crescimento em 2025

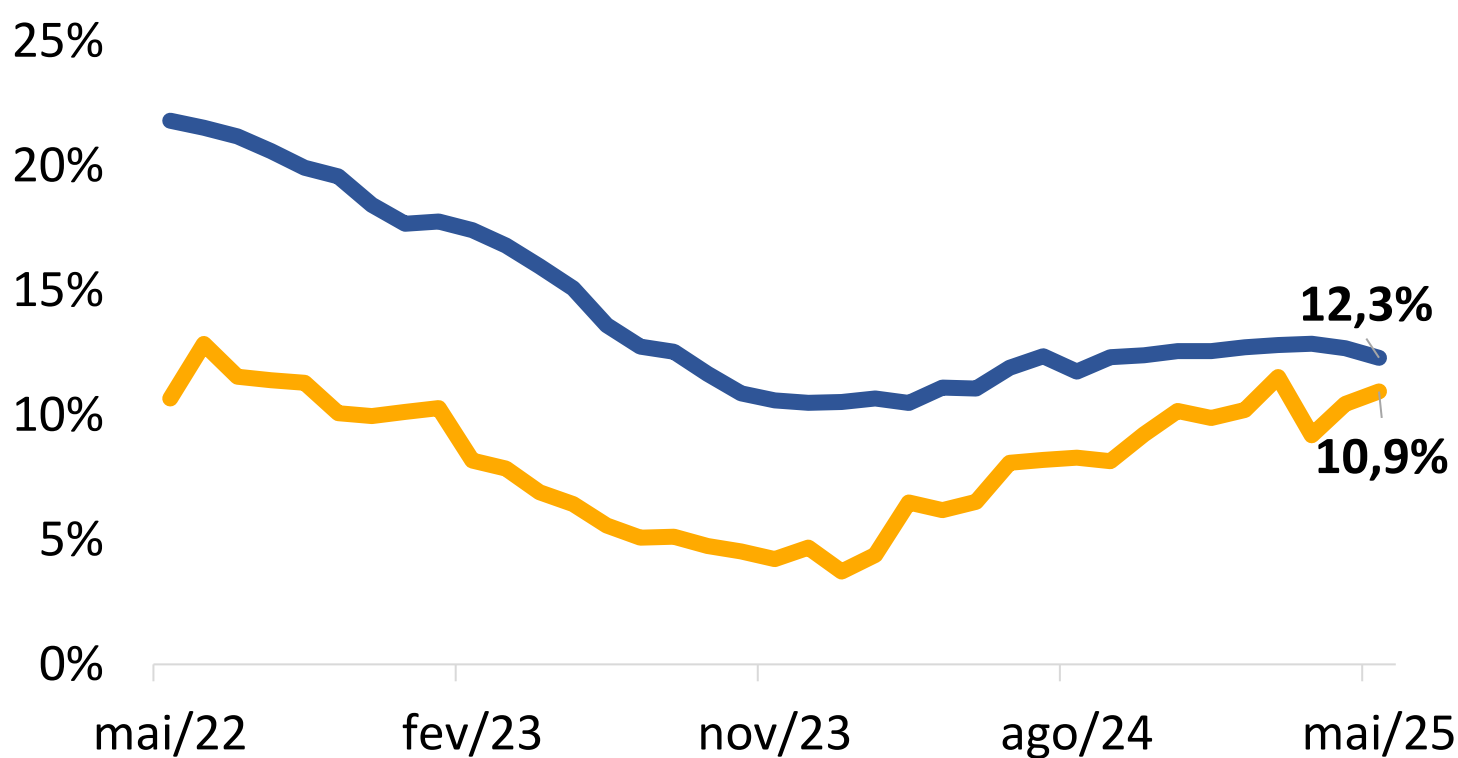


Projeção para o crédito a pessoas jurídicas Crescimento em 2025



Taxa de crescimento do saldo de crédito

Variação anual (mês ante mesmo mês do ano anterior)

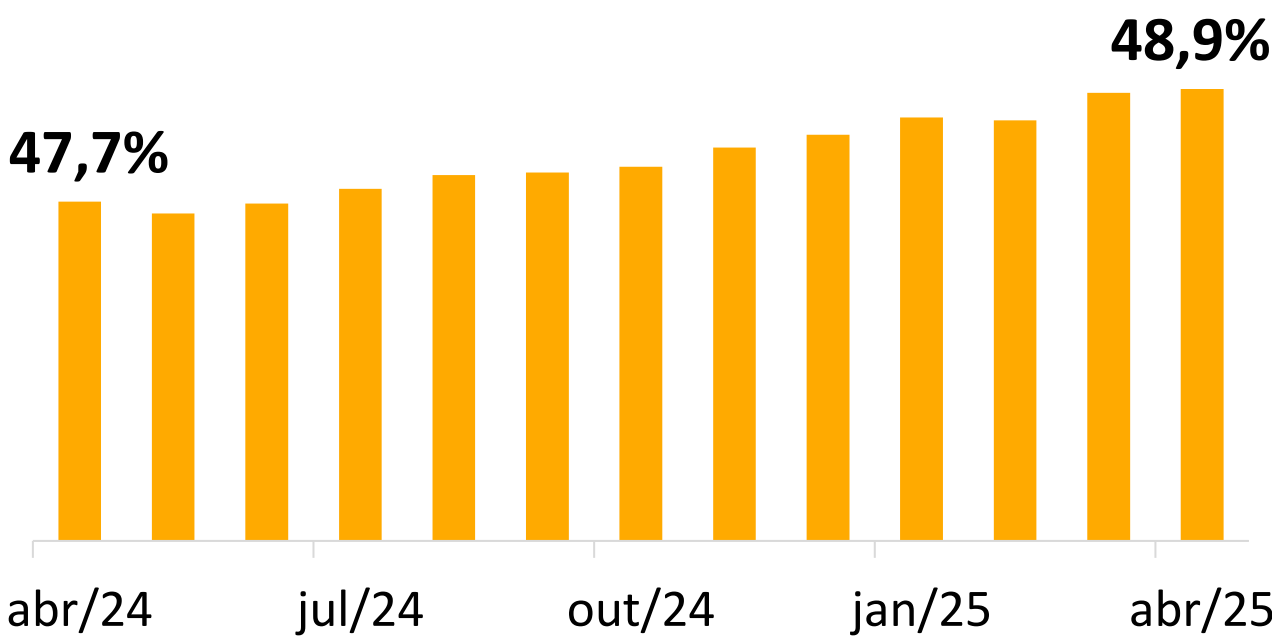


TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

Endividamento das famílias sobe e chega a 48,9%, mostra BCB; confiança dos marca 85,9 pontos em maio e recua na comparação com o mês anterior

Endividamento das famílias

Percentual da renda acumulada em 12 meses comprometida com dívidas

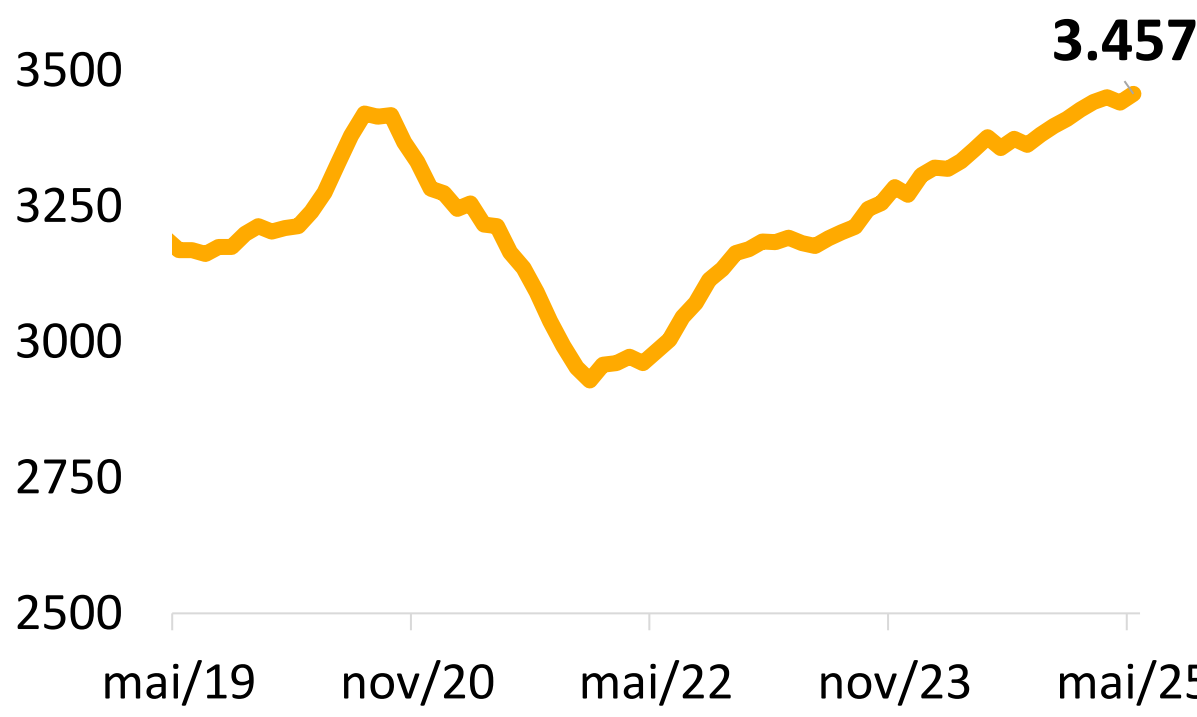


Dados divulgados pelo Banco Central do Brasil confirmam, mais uma vez, a tendência de crescimento do endividamento das famílias no país. De acordo com o BCB, o comprometimento da renda com dívidas chegou a 48,9% em abril de 2025. Para comparação, em abril de 2024, esse percentual era de 47,7%. avanço do endividamento ocorre mesmo com o crescimento da renda real.

De acordo com o IBGE, a renda média real chegou a R\$ 3.457 no trimestre encerrado em maio de 2025, superando a máxima histórica. Junto com o avanço do endividamento, a maior disponibilidade de renda tem ajudado a manter o crescimento do consumo e das vendas do comércio. No entanto, o próprio avanço do endividamento poderá impor um limite ao crescimento do consumo nos próximos meses. Por fim, o Indicador de Confiança dos Consumidores, apurado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), registrou 85,9 pontos em junho de 2025, ligeiramente abaixo do observado no mês anterior. Esse indicador revela otimismo prevalecente quando pontua acima de 100.

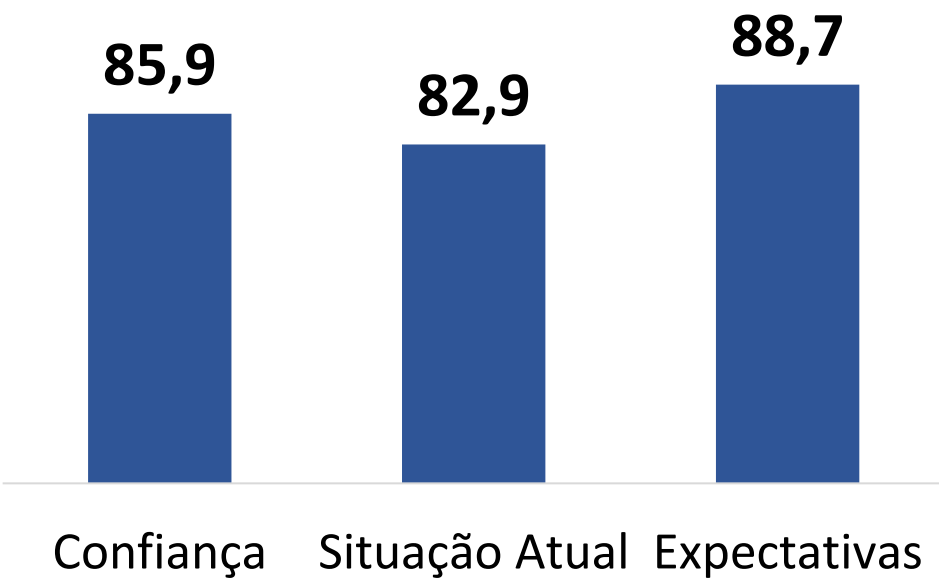
Renda média deflacionada

Em reais



Confiança do Consumidor

Número índice (0 a 200) | Mai-25



INDICADORES DE INADIMPLÊNCIA

Na comparação entre junho de 2025 e o mesmo mês do ano anterior, número de negativados cresce 7,7%; percentual de negativados no país chega a 42,9%



71,3 mi

Estimativa do número de negativados em jun-25



7,7%

Crescimento do número de pessoas físicas negativadas

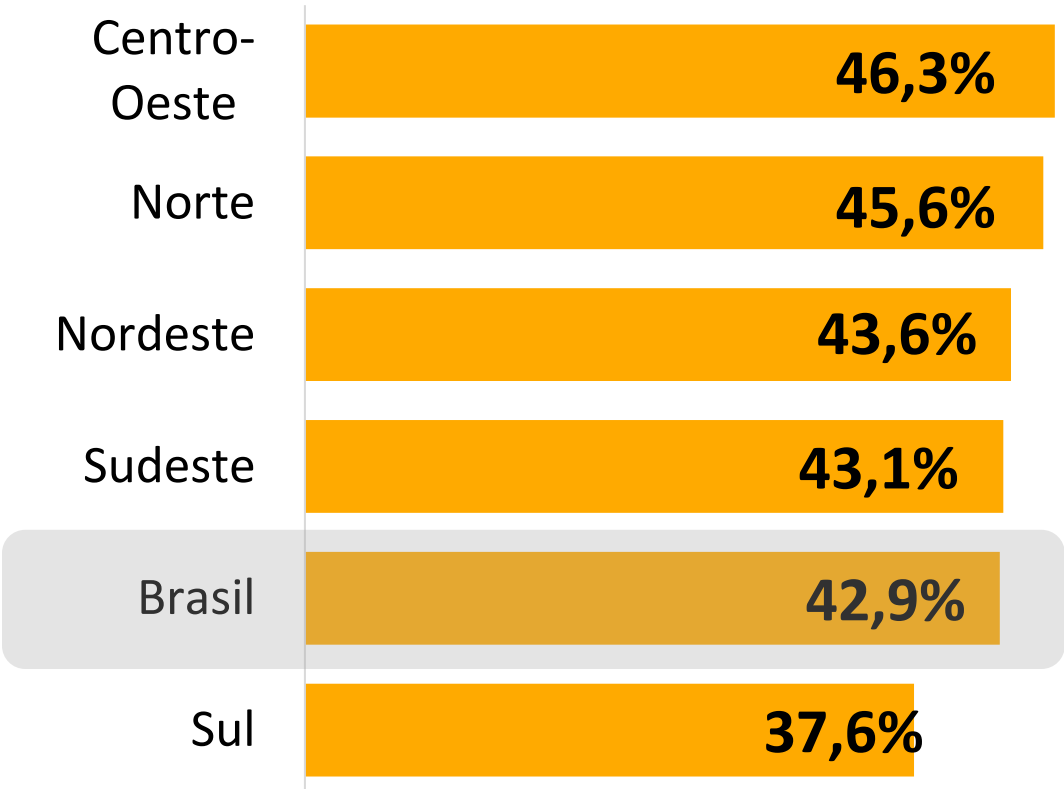


66,9%

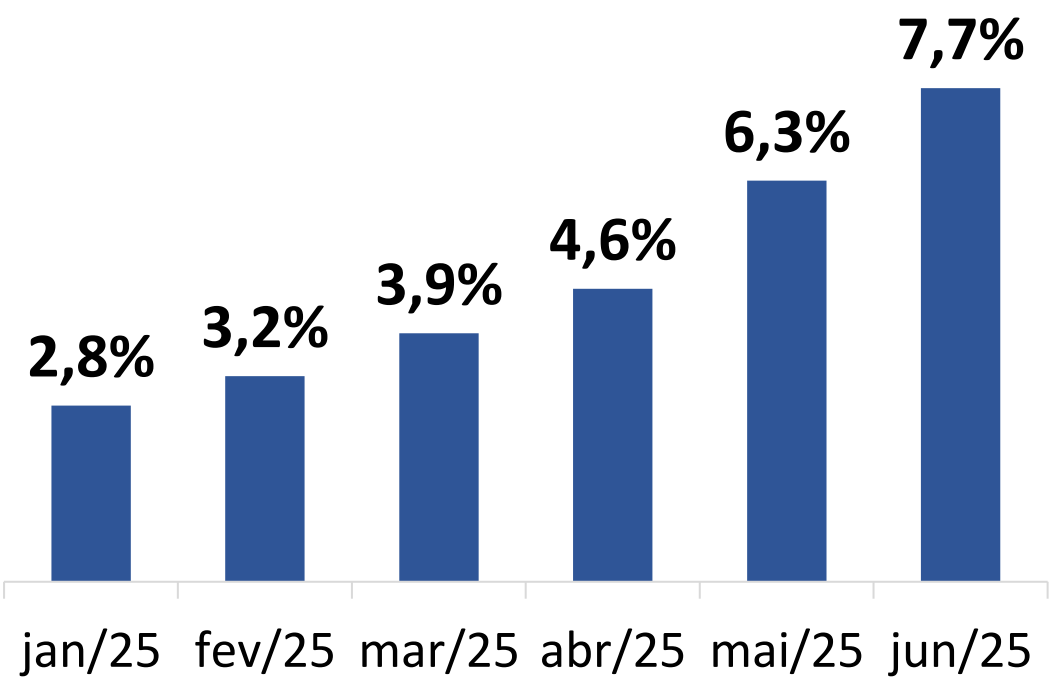
Percentual das dívidas que têm o setor bancário como credor

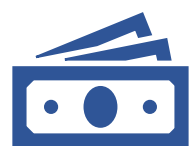
O número de consumidores negativados chegou a 71,3 milhões em junho de 2025, de acordo com estimativa do Indicador de Inadimplência de Pessoas Físicas, apurado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil. Esse número representa 42,9% da população adulta. Na comparação com junho de 2024, o número de negativados cresceu 7,7%. Observa-se que essa taxa de variação vem crescendo ao longo dos últimos meses, o que significa que o fenômeno da inadimplência está acelerando no país. Para comparação, entre janeiro de 2025 e o mesmo mês do ano anterior, o número de negativados cresceu 2,8%. Os dados nacionais ainda mostram que 66,9% dos negativados têm dívidas com o setor bancário. Por fim, a abertura dos dados revela que, na região Centro-Oeste, o percentual de negativados foi de 46,3% -- o maior percentual entre as regiões do país. Na região Norte, esse percentual foi de 45,6%. Apenas no Sul o percentual de negativados ficou abaixo da média nacional, com 37,6%.

Percentual de negativados por região
% da população adulta



Variação do número de negativados
Mês ante mesmo mês do ano anterior





USO DO CRÉDITO E MEIOS DE PAGAMENTOS

Mais da metade dos consumidores não controla gastos com cartão de crédito

O país enfrenta o pior momento de inadimplência dos consumidores. Além das questões socioeconômicas e de juros elevados, um grande desafio diz respeito ao controle do orçamento das famílias. Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise, aponta que 54% dos consumidores entrevistados não fazem controle dos gastos mensais com cartão de crédito. Entre os que realizam o controle (46%), os principais mecanismos utilizados são o caderno/agenda (23%) e a planilha em computador (16%).

[Confira a pesquisa](#)



82% dos consumidores que utilizam o rotativo do cartão de crédito, também não sabem a taxa de juros mensal cobrada. Entre os que conhecem, a média estimada declarada é de 12%.

74% dos consumidores analisaram as tarifas e/ou os juros cobrados ao adquirir o cartão de crédito, sendo que:

- 51% verificaram as tarifas cobradas
- 36% os juros cobrados por atraso no pagamento ou uso do rotativo
- 19% não fizeram este tipo de análise.

Considerando os últimos 12 meses da data de realização da pesquisa, o cartão de crédito foi utilizado por 74% dos entrevistados, sendo o seu uso frequente (todos os meses) para 68% dos consumidores, e 22% utilizaram a cada 2 ou 3 meses.

Os produtos e serviços mais comprados pelo cartão de crédito são:

- (51%) roupas calçados e acessórios
- (44%) supermercado
- (38%) eletrônicos remédios
- (37%) eletrodomésticos

50% utilizam o cartão para compras na internet, 41% quando o valor da compra é alto e 38% quando não tem dinheiro para pagar à vista e precisa parcelar a compra.

Entre as razões para não usar o cartão de crédito:

- 27% preferiram pagar as compras à vista para ganhar descontos
- 25% preferem pagar suas compras à vista, mesmo não tendo desconto
- 19% por causa das taxas e tarifas altas
- 18% porque perde o controle e compra por impulso.

CONGRESSO NACIONAL

Aumento do IOF e Trabalho aos feriados tiveram soluções temporárias

O mês de julho iniciou marcado pela resolução temporária das duas principais preocupações do setor conforme apontado no panorama de junho: a suspensão do aumento do IOF e a prorrogação da portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre a autorização para o trabalho aos feriados.

Além da decisão da Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal (STF) também suspendeu os efeitos dos Decretos que aumentam o IOF, este, por fim, agendou uma reunião para diálogo entre os poderes sobre o tema para o dia 15 de julho.

Quanto a vigência da Portaria do MTE n. 3665/2023 que suspenderia a autorização do trabalho aos feriados por meio de acordo individual, prevista para vigorar em 01 de julho, teve sua prorrogação publicada pelo MTE passando a vigência para 1º de março de 2026.

Na Câmara, o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP/AL), apresentou o seu parecer pela aprovação na comissão especial do PL 1087/2025 que isenta do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$5.000 por mês. O relatório ficou para ser votado ainda antes do recesso parlamentar, que acontece de 17 de julho a 1º de agosto, mas a votação em Plenário ficará mesmo para o 2º semestre. Quanto a comissão especial que trata do PL 2338/2023 que regulamenta o uso da Inteligência artificial no Brasil, as audiências públicas seguem sendo realizadas semanalmente ouvindo especialistas.

CONGRESSO NACIONAL

Reforma Tributária fica para o próximo semestre e o tarifaço gera incerteza

No Senado, quanto ao PLP 108/2024 que regulamenta o comitê gestor do IBS da reforma tributária, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o parecer do relator, Senador Eduardo Braga (MDB/AM), será apresentado apenas no 2º semestre, a expectativa era que fosse apresentado ainda nesse mês de julho.

Por fim, o tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao Brasil e previsto para iniciar em 1º de agosto, realmente mexeu com a política e expectativas do setor produtivo nesse mês, as atenções dos Poderes da República e especialistas setoriais se voltam para encontrar um solução diplomática e menos danosa para ambos: políticos e mercado. Uma das possíveis soluções será um Decreto de Reciprocidade entre os países, ainda não oficialmente deliberado. Sobre o tema, além das manifestações públicas das autoridades, a CNDL, juntamente com a União Nacional das Entidades do Comércio e Serviços (Unecs) e a Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FCS), se manifestou a respeito. O documento foi compartilhado publicamente.



www.cndl.org.br